

Engenharia de Produção e Economia de Comunhão: Trabalhar é Preciso

Heloisa Helena A. Borges Quaresma Gonçalves, Dsc, (COPPE/UFRJ), heloborgesqg@uol.com.br
Maria das Graças Medeiros, mestranda (COPPE/UFRJ) mgracamedeiros@terra.com.br
Maria das Graças S. da Rocha, economista (Movimento dos Focolares) graca@uninet.com.br

Resumo

O objetivo do artigo é iniciar um debate pedagógico entre a questão da inexistência de uma engenharia de produção voltada para a maioria da população brasileira (Simoni, 2000) e o significado de responsabilidade empresarial assumido por lideranças de pequenas e médias empresas que aderiram ao projeto de economia de comunhão na liberdade-EdC, que surgiu no Brasil em 1991. Para tanto, “trabalhar é preciso”. O propósito da EdC é construir relações de produção humanizadas e humanizadoras diretamente associadas a quatro aspectos essenciais, finalidade, cultura da partilha, homens e mulheres novos e escolas de formação, vínculos antecedentes imbricados pela solidariedade, gratuidade, confiança, amor-recíproco, doação, unidade e caridade, que diferenciam a EdC de outras relações de produção de características predominantemente capitalistas ou solidárias. Para tal novidade qual seria a contribuição do ensino de engenharia?

Palavras chave: Economia de Comunhão; Trabalho Humano; Ensino.

1.Introdução

A engenharia de produção é voltada quase que exclusivamente para as grandes empresas. Segundo Simoni (2000, p.139), um indicador dessa situação são os projetos de final de curso que em sua maioria contemplam técnicas aplicadas para processos de produção em larga escala e para área financeira da economia. As pequenas empresas brasileiras que representam contingente significativo de força de trabalho não recebem da engenharia de produção, salvo as exceções, praticamente nenhum apoio, ou recebem? Sobre isso, discorreu Simoni, “*o que dizer então das formas de trabalho não-formais, não legais: camelô, pequena produção agrícola, biscateiros, prestadores de serviço e outras formas de obtenção de renda que hoje fazem o cotidiano de milhões de brasileiros?*” A engenharia de produção conhece esse mundo do trabalho? A engenharia de produção conhece o trabalho de uma parcela de trabalhadoras e trabalhadores incluídos na produção social hegemônica? ou não é bem assim?

No mundo contemporâneo, do cálculo utilitário das conseqüências regido pela sociabilidade que preserva o individualismo, legitimado pela mão invisível aquela detentora do dinheiro e riqueza material acumulado nas mãos de poucos, poder para dominação do outro e futuro só para descendentes dos poderosos, a possibilidade de existência da economia de comunhão é *ex ante* Absurdo e Graça, exclamariam simultaneamente indivíduos que podem se reconhecer nas categorias buberiana de *inimicus adversarius e amicus* (Buber 1982,p.69).

Amicus argumentariam: - é Graça face a face, atravessando o limiar - a vida humana associada (Ramos, 1989) - que *adversarius* evitam, quando encobrem admitir a possibilidade do que para eles parece absurdo: a sociabilidade regida pela solidariedade, ajuda mútua, amizade leal, entusiasmo ativo, na realização de empreendimento conjunto, cujo sentido é legitimado pela mão invisível aquela detentora do dinheiro e riqueza material distribuídos às mãos de muitos, poder para serviço ao outro e futuro para todos.

Livres do comprometimento pessoal de conversação com o outro, *adversarius* teceram fantasias oportunistas sobre a miséria e a pobreza, atribuindo a elas dentre outras causas o caráter de tara ou de vício das camadas da sociedade que, segundo eles, não conseguem dominar a propensão desenfreada a procriar. Obviamente, com isso “*encontraram uma forma de sofismar o problema*” (Aktouf, 1996, p.70). Outros *adversarius* teceram fantasias sobre uma possível prevenção da pobreza e da miséria por meio de discussão teórica. Os que têm influência espiritual teceram fantasias sobre metáforas morais. Cada qual em seu lugar dentro da conhecida separação natureza/sociedade (Latour, 1994). Enquanto isso, o sistema berço da fantasia da “*maré que sobe e eleva tudo*” e promotor de exclusão social, em face da crítica artística e a social admite brechas e continua a legitimar-se por falta de provas de sua responsabilidade no aumento exponencial da miséria em diversas populações do planeta (BOLTANSKI E CHIAPELO, 1999), ou não é bem assim?

É possível provar que a (in) responsabilidade do sistema é real? Isto é, por face a face os excluídos da sociabilidade do individualismo com os incluídos que a promovem. Não é. A relação não é biunívoca tão pouco simétrica. Assim, não há resposta, o sistema econômico globalizado não reconhece o rosto do outro (LEVINAS, 1997).

“Epa” (Gonçalves, 2003) exclamariam os *inimicus e adversarius*, reconhecer o rosto do outro não é preocupação para a engenharia de produção, é questão relegada ao campo ideológico e indignados acrescentariam: - é questão relegada aos campos filosófico e religioso, e encerrando o monólogo e com enfática ironia oriunda da ilusão da separatividade (Weil, 1990), encerariam - é questão relegada ao campo poético, não é da nossa conta.

É com essas duas espécies de mentalidades (*adversarius, inimicus*), monológicas, que a economia de comunhão entra em tensão. Aos *amicus* o silêncio, diálogo autêntico, pois estes reconhecem outro caminho: uma engenharia de produção para uma economia de comunhão. Aos *adversarius e inimicus* um convite à escuta de uma nova chave de leitura, pois o diálogo não se impõe a ninguém. Responder não é um dever é um poder (BUBER, 1982, p.71).

Sendo assim, a divulgação da economia de comunhão no campo da engenharia de produção, que tem como centro o trabalho humano é oportuna. Engenheirar a economia de comunhão no ensino de engenharia pode ser bom e justo. Para tanto, Trabalhar é Preciso.

2. Desenvolvimento

No século XVIII, desde a aparição das empresas predominam nelas duas contradições, uma interna e outra externa apontadas por Omar Aktouf (1999). As contradições geram custos ocultos apontados por Zagmani (2001): custo de transação, custo de monitoração e custos decorrentes da falta de credibilidade. Na contradição interna, o empresário(a) obstina-se em desejar o lucro mais elevado baixando ao máximo os seus custos, e o empregado(a) obstina-se em ganhar o salário mais elevado possível. Na contradição externa, o empresário(a) busca crescer e acumular riqueza indefinidamente, desprezando o princípio que governa a natureza e os homens e mulheres entre si: a interdependência. Evidentemente, ninguém pode enriquecer-se sem que com isso se dê em detrimento de alguém ou do esgotamento da natureza. Contudo, tal consciência está alijada naqueles cujo princípio é a separatividade natureza e sociedade, e que se consideram num andar superior da humanidade produzindo exclusão e conseqüentemente violência, desequilíbrio e insegurança, mas para todos, por causa do princípio da interdependência que está sendo desconsiderado.

Em 1991, Chiara Lubich, italiana, fundadora do Movimento dos Focolares (1947), movimento social que possui sete milhões de integrantes leigos, religiosos, não religiosos, e sem credo religioso, em 182 países do mundo, vem ao Brasil e se surpreende com o contraste da exclusão social gerada pelo princípio da separatividade visível nas condições das vidas humanas nas favelas, e a opulência dos arranha-céus da cidade de São Paulo. Tal episódio, a faz anunciar a economia de comunhão no seio interno do Movimento dos Focolares.

“Ao contrário da economia consumista baseada na cultura do ter, a economia de comunhão é a economia do dar. Isto pode parecer difícil, árduo, heróico. Mas, não é assim, porque o homem(mulher), feito a imagem de Deus, que é Amor, encontra a própria realização justamente no amor, na doação. Esta exigência está no mais profundo do seu ser, tenha ele fé em Deus ou não. É justamente nesta constatação, comprovada pela nossa experiência que está a esperança de uma difusão universal da economia de comunhão”.

Para a concretude da economia de comunhão Chiara Lubich convida, pessoas despertas aos princípios da subsidiariedade, solidariedade, bem comum, primazia do trabalho sobre o capital, destinação universal dos bens e dignidade humana, a responderem aos princípios e valores ético-espirituais nos negócios; considerando a empresa **na** sociedade, com inclusividade humana e ambiental, e a destinarem o lucro das empresas para três finalidades: reinvestimento na empresa, partilha com os pobres - excluídos do sistema econômico vigente - parte essencial do projeto, e para a formação de homens e mulheres novos capazes de afirmarem a racionalidade de comunhão (BRUNI, 1999). Para tanto, Lubich cunhou as bases da economia de comunhão, vínculos antecedentes, a serem afirmadas na prática pelos empresários(as), trabalhadores(as), e membros da comissão de EdC, que voluntariamente se integraram à proposta. No Quadro A, pode-se visualizar os fundamentos da economia clássica e da economia de comunhão. Alertamos que o Quadro A, não tem caráter comparativo tendo em vista o estatuto de ciência que detêm a primeira.

Economia Clássica	Economia de Comunhão
Adam Smith fundador da economia política clássica. Um homem.	Chiara Lubich fundadora da economia de comunhão. Uma mulher.
Modo de produção capitalista	Modo de produção de economia de comunhão
A linha original de continuidade entre ética e economia é interrompida.	A linha de originalidade entre ética e economia é incluída.
O individualismo na base das relações econômicas.	A solidariedade na base das relações econômicas.
Cultura do ter.	Cultura do dar.
A racionalidade consiste na utilidade, na acumulação e em elevar ao máximo o lucro privado.	A racionalidade consiste na doação e partilha do lucro e pressupõe a personalização do relacionamento e a felicidade humana.
<i>Homo Economicus, Homo Consumérico</i> individualista, hedonista, egoísta.	<i>Homo doador. Solidário. Homo espiritual</i>
Oposição entre bem individual e bem social.	Não oposição entre o bem individual e o bem social.
O capital tem primazia em relação ao homem.	O homem tem primazia em relação ao capital.
A relacionalidade incorpora sempre o elemento de condicionalidade	A relacionalidade incorpora sempre o elemento de gratuidade.
Prevalência da racionalidade instrumental. Racionalidade do Eu.	Prevalência da racionalidade substantiva, da razoabilidade que segundo Aristóteles contém elementos de sabedoria. Racionalidade do Eu com Todos .

Os indivíduos não estão ligados uns aos outros por nexos indivisíveis antes de iniciar a troca.	Os indivíduos estão ligados uns aos outros por nexos indivisíveis antes de iniciar a troca.
A cultura do ser para si.	A cultura do ser com o outro.
Apropriação privada do excedente.	Apropriação do excedente privada e partilhada com dois atores beneficiários fora do processo produtivo.
Foco na avaliação dos resultados econômicos de mercado.	Foco nos atores sociais.
Esquecimento da premissa antropológica.	Afirmação da premissa antropológica.
Empresa e sociedade	Empresa na sociedade
Isenção de valores religiosos	Inclusão de valores religiosos

Fonte: GONÇALVES, 2005

Quadro A, características da economia clássica e características da economia de comunhão.

2.1 Os aspectos essenciais da EdC

Os fundamentos da economia de comunhão na liberdade são uma responsabilidades imbricadas com o sentido buberiano e levinasiano, um passo a mais, que os empresários(as), trabalhadores (as) na liberdade se comprometem *a priori* a encarnar no interior e no exterior da empresa, em prol de um ambiente de mercado humanizado, humanizador e positivo. No Quadro B, pode-se visualizar os quatro aspectos essenciais da economia de comunhão.

Finalidade	Cultura da Partilha	Homens e Mulheres Novos	Escolas de Formação
Colocar o ser humano no centro da atividade econômica para que não haja necessitados.	Um possível antídoto para a cultura do ter que prevalece na economia.	São leigos que se dispõem a viver a radicalidade da vida evangélica com autenticidade. Vivem segundo a cultura da partilha que dá forma ao Projeto.	Desenvolver uma formação adequada para a cultura da partilha
Trabalhar em prol da unidade e da fraternidade de todos os seres humanos.	Nem sempre significa despoja-se de algo para doá-lo. Pressupõe reciprocidade assimétrica.	A missão é inserir o Evangelho em todas as realidades, nos mundo da economia, do trabalho, da política, do direito, da saúde, da educação, da arte, da ciência.	Desenvolver uma competência empresarial técnica sobretudo que inclua a sensibilidade.
Destinar parte do lucro da empresa para necessitados.	Não se restringe apenas a partilha monetária.	Trabalham juntos para salvar os invioláveis valores da dignidade humana e do bem comum	Utilizar a memória das experiências dos pioneiros da experiência incluindo as fracassadas.
Partilhar bens materiais e espirituais e se ocupar da comunhão entre os seres humanos.	Surge sempre numa pessoa mesmo quando perdida na multidão. Não se detém. Não se endurece em sistemas.	Precisam ser formados e abertos à educação integral e permanente pautada em valores virtuosos. Incluindo empresários(as), trabalhadores (as) e demais envolvidos com a experiência de EdC.	Um exercício crítico e dinâmico de auto reflexão e reflexão coletiva.

Fonte: Adaptado do documento "Os quatro aspectos essenciais" produzido pelo Movimento dos Focolares, Castelgandolfo, 5 de abril de 2001.

Quadro B, Os quatro aspectos da economia de comunhão na liberdade

2.2 O propósito do empresário(a) da economia de comunhão

Segundo Chiara Lubich (2003), a empresa da EdC nasceu para partilhar seus lucros com os pobres, se não faz isso está longe do projeto. Mas não se trata de serem filantrópicas, pois vínculos relacionais são mantidos. Atualmente, são 900 empresas entre aquelas constituídas a partir do projeto, e aquelas que já existiam e aderiram a ele, instaladas em cinco continentes.

No Brasil, há 92 micro, pequenas e médias empresas que atuam nos setores da indústria, comércio, prestação de serviço e agroindústria, nos estados de São Paulo, Paraná, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco, Amazonas, Pará, Sergipe, Brasília. E dois pólos empresariais o Pólo Spartaco em Vargem Grande Paulista com seis empresas inseridas dentre elas a ESPRI S/A (1992) – Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais – empresa de capital fechado, que possui 3500 acionistas por meio da qual os interessados(as) em participar do projeto subscreveriam ações, ainda que com capital bem modesto. O Pólo Ginetta Calliari (2003) em Recife está em construção. No mundo estão em construção, o Pólo Lionello na Itália, o Pólo Solidariedade da Argentina e o Guilio Marchesi da França.

Para realizar os quatro aspectos da economia de comunhão, o sentido de responsabilidade para o empresário(a) vinculado ao projeto de EdC, se constitui numa aprendizagem organizacional capaz de :

- Encarnar o princípio de comunhão, de solidariedade na organização do trabalho;
- Aprender competências para além da técnica, pois o empresário(a) e o trabalhador(a) aderem voluntariamente (Aristóteles, Ética a Nicômaco) a um modo de gestão no qual o trabalho humano tem sentido para além de fonte financeira;
- Conceber o espaço organizacional como um lugar de encontro, de espiritualidade, aonde pessoas se auxiliam, mas através da ajuda mútua e do amor recíproco, e, não apenas aprendendo juntas a manufatura dos produtos;
- Afirmar os valores greco-judaico-cristãos como norteadores nas relações internas e externas da empresa;
- Construir relações fraternais entre empresário(a), trabalhador(a), fornecedor, cliente e concorrente, que geram a instituição de outros fins que não o simples êxito de ordem material;
- Destinar o lucro para a sustentabilidade dos sócios-proprietários, dos acionistas, dos trabalhadores, sobretudo para a cultura da partilha com os beneficiários(as) da economia de comunhão que não participam do processo produtivo: os pobres;
- Pagar os impostos devidos ao Estado;
- Planejar um ritmo humanizado na execução das atividades produtivas, sobretudo no respeito ao ecossistema;
- Ter sensibilidade para produzir o bom, o belo, o útil e necessário;

2.3 Princípios para a gestão de uma empresa da economia de comunhão

No encontro do Bureau Internacional de Economia e Trabalho, realizado em 1999, em Grottaferrata Roma, Itália, participaram empresários, estudantes e pesquisadores dedicados ao projeto de economia de comunhão, nesse encontro foi definido os princípios para a gestão de uma empresa da economia de comunhão, que podem ser aplicados a qualquer empresa, desde que os que a constroem sejam pessoas com disposição voluntária para a lógica da comunhão. A carta de princípios abrange várias relações que ocorrem em qualquer atividade empresarial e sinaliza que comportamentos devem ser seguidos, para que a empresa se norteie como uma empresa de economia de comunhão (Boletim de Economia de Comunhão, 1997, n. 2, p. 7-8). A seguir os tópicos que compõem a carta de princípios.

Empresários, trabalhadores e empresa

- Formular estratégias, objetivos e planos econômicos considerando os critérios típicos de uma correta gestão.
- Investir com prudência e particular atenção na criação de novas atividades geradoras de empregos.
- Lembrar que, no centro da empresa, está a pessoa humana, e não o capital.
- Utilizar o talento dos funcionários do melhor modo possível, favorecendo a criatividade, a responsabilidade e a participação nas decisões.
- Adotar medidas para ajudar os funcionários que passam dificuldades.
- Administrar a empresa com a finalidade de produzir lucros.

Relacionamento com os clientes, com os fornecedores, com a sociedade civil e com terceiros

- Esforçar-se para oferecer bens e serviços úteis, de qualidade e a preços justos.
- Trabalhar com profissionalismo para construir e reforçar boas e sinceras relações com os clientes, os fornecedores e a comunidade.
- Estabelecer relacionamento leal com os concorrentes, apresentando a qualidade dos próprios produtos e privando-se de ressaltar os defeitos dos produtos e serviços dos outros.

Ética

- Promover, através do trabalho, o crescimento espiritual de todos os membros da empresa.
- Respeitar as leis e manter um comportamento eticamente correto perante as autoridades fiscais, os sindicatos e as organizações institucionais.
- Agir da mesma forma com os funcionários, dos quais a empresa espera semelhante comportamento.
- Esforçar-se não só para respeitar os próprios deveres contratuais, mas também para avaliar os reflexos objetivos da produção da empresa no bem-estar dos consumidores, no que se refere à qualidade de seus produtos e serviços.

Qualidade de vida e de produção

- Transformar a empresa numa verdadeira comunidade, o que constitui um dos principais objetivos dos empresários de EdC.
- Reunir-se periodicamente com diretores e gerentes para avaliar a qualidade dos relacionamentos.
- Empenhar-se para resolver situações difíceis, com a consciência de que esse esforço pode ter efeitos positivos nos membros da empresa, estimulando inovações e incrementando a maturidade e produtividade.
- Considerar a saúde e bem-estar de cada funcionário.
- Propiciar adequadas condições de trabalho – respeito às normas de segurança, ventilação, iluminação apropriada e outras.
- Evitar carga horária excedente, de modo que ninguém fique sobrecarregado.
- Construir relacionamentos de amizade no ambiente de trabalho, no qual deve reinar o respeito, a confiança e a estima recíproca.
- Produzir bens e serviços garantidos, tomar as devidas providências para não danificar o meio-ambiente e procurar economizar energia e reservas naturais, não só durante a produção, mas durante todo o ciclo de vida do produto.

Harmonia no local de trabalho

- Adotar sistemas de gerência e estruturas organizacionais capazes de promover tanto o trabalho em grupo quanto o crescimento individual.
- Manter os locais de trabalho organizados, limpos e agradáveis, deixando o ambiente harmonioso.

Formação e instrução

- Favorecer a criação de uma atmosfera de ajuda recíproca, de respeito e de confiança.
- Colocar à disposição, livremente, os talentos, idéias e capacidades de cada um, em benefício do crescimento profissional de todos.
- Estabelecer critérios de seleção do pessoal e de programação de desenvolvimento profissional para os funcionários.
- Promover freqüentemente cursos de reciclagem e aprendizado.

Comunicação

- Estabelecer uma comunicação aberta e sincera que favoreça o intercâmbio entre diretores e funcionários.
- Estender essa comunicação a todas as pessoas que contribuem com o desenvolvimento da EdC.
- Utilizar os meios mais modernos de comunicação, com a finalidade de desenvolver relacionamentos econômicos, úteis e produtivos.
- Alegrar-se com o sucesso e valorizar as dificuldades, as provações ou o insucesso dos outros, num espírito de colaboração e solidariedade.

Afirmar os princípios acima na organização do trabalho é compreender o sentido de responsabilidade para empresários (as) da economia de comunhão. É assumir as características de sacralidade, transcendência, de aproximação com o próximo, e de confiança na Providência. A novidade parece ao leitor(a) moderno estranho? De qual lugar está fazendo a leitura?

Miguel de Simoni, engenheiro de produção em sua reflexão teórica sobre o conceito de trabalho humano e suas implicações para a engenharia de produção, apontou para o trabalho humano, dentro da visão tradicional, uma ligação com os demais aspectos da vida humana associada e finalmente um encontro com Deus. Sendo assim, o trabalho humano é algo não separado da vida, não é algo que atende apenas aos aspectos utilitários da existência humana e passa a ser parte inseparável da essência humana. O trabalho humano não é apenas um meio de ganhar a vida, de mantê-la, mas pode ser um caminho de transcendência.

A proposição de Simoni é que o mundo do trabalho moderno produz a condição para o surgimento da doença essencial da nossa época: a perda da integridade do homem e da mulher, crianças, jovens, adultos. Integridade entendida como inteireza, qualidade daquilo que é inteiro, e que assim conseguem se manter uno dentro da multiplicidade de apelos externos que o mundo oferece (p.39). Poderia ser assim, mas uma realidade é que,

“O processo de trabalho da época atual afasta as pessoas de uma vida mais singela, mais simples, mais parcimoniosa. Seus valores são a produção em massa, a busca do melhor método (aquele método que produz a mais em menor tempo), sem levar em consideração o que o

método pode acarretar para as pessoas, e a necessidade imperiosa do lucro” (SIMONI, 1996).

Contudo, mesmo que tenha ocorrido uma cisão entre trabalho e contemplação na perspectiva não tradicional há uma relação linear entre esses dois aspectos da vida humana.

Isto posto, sendo o trabalho humano uma categoria da engenharia de produção. A economia de comunhão que insere a pessoa humana no centro de seu processo de relacionamentos interessa a engenharia de produção, ou será que não? No Quadro C, pode-se visualizar as características das empresas do projeto de EdC que a diferenciam de outras empresas como as capitalistas e as solidárias.

EdCs	CAPITALISTAS	SOLIDÁRIAS
Finalidade básica é maximizar o lucro considerando os meios para adquiri-los para depois partilhar com beneficiários da EdC, além dos acionistas as ESPRI S/A e dos proprietários (as) dos meios de produção e os trabalhadores (as).	Finalidade básica é maximizar o lucro sem considerar os meios para depois ser apropriado pelos investidores, acionistas e aqueles proprietários dos meios de produção.	Finalidade básica não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho.
Heterogestão	Heterogestão	Autogestão
Autoridade e o controle pertence aos empresários(as), ou aos trabalhadores(as) quando são cooperativas.	Autoridade e o controle pertencem aos investidores, aos acionistas.	Autoridade e o controle pertencem aos trabalhadores (as).
Separação entre trabalho e a posse dos meios de produção é mediada pela racionalidade capaz de comunhão.	Separação entre trabalho e a posse dos meios de produção é mediada pela racionalidade instrumental.	Não há separação entre trabalho e a posse dos meios de produção.
Tem lucro que é apropriado pelo empresário(a), pelos beneficiários da EdC e pelos acionistas, ou reserva quando de trata de cooperativa.	Tem lucro que é apropriado pelo capitalista e pelos investidores.	Não tem lucro tem sobras porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção as cotas de capital
Poder de mando está concentrado nas mãos dos empresários (as) ou nas mãos dos cooperativados.	Poder de mando está concentrado nas mãos dos capitalistas.	Poder de mando está concentrado nas mãos dos trabalhadores (as).
Inserção de valores religiosos	Isenção de valores religiosos	Isenção de valores religiosos

Fonte: GONÇALVES, 2005

Quadro C, características das empresas de EdC, capitalistas, solidárias

3. Considerações Finais

O trabalho da implantação dos princípios da economia de comunhão na gestão da produção é então um meio de vida e um meio de dar vida à concepção simoniana: Dar vida à própria pessoa, dar vida aos companheiros de trabalho. Dar vida aos que utilizarão os produtos fabricados. Numa aproximação radical dar a própria vida aos outros, sacrificar-se. Amar. Aprendemos a amar na escola de engenharia ou em alguma outra? Desde quando aprender a amar é responsabilidade do currículo ?

Mas, Amar é uma exigência para a existência da economia de comunhão, nascida dentro do sistema capitalista, é uma novidade para o mundo do negócio, todavia não é nenhuma novidade em face às experiências das comunidades dos primeiros cristãos, dos anarquistas, e do socialismo utópico, mas todas são evidências de que o conceito de responsabilidade precisa ser recambiado, do campo da ética especializada, de um dever que flutua livremente no ar, para o domínio da vida humana associada. Todavia sabemos que poucos compreendem que é preciso aprender a amar (Fromm, 1966). Para tanto “trabalhar é preciso”.

Ainda, responsabilidade genuína só existe onde existe o responder verdadeiro (BUBER, 1982, p.49). Responder a quê? Aos efeitos que nos acontece, que nos é dado ver, ouvir e sentir, gerado pela sociabilidade do individualismo e do auto-interesse exacerbado, apreendido também nas escolas e imposto pelo modelo econômico neoliberal. Para tanto “trabalhar é preciso”.

À economia que o discurso neoliberal constitui como modelo, interpõem-se agentes e instituições impregnados de pressupostos herdados do incrustamento em um mundo econômico particular, de características, pretensamente universais, incrustada numa sociedade particular, enraizada em um sistema de crenças e valores e uma visão moral do mundo ligado a uma ordem social particular (BOURDIEU, 2001, p.29). Por isso, *adversarius e inimicus* que vivem num mundo de espelhos, qualificam iniciativas solidárias como utópicas, irracionais ou irreais. O que diriam então duma engenharia de produção para uma economia de comunhão? Para tanto “trabalhar é preciso”.

Obviamente, a economia de comunhão está na contramão do sistema econômico hegemônico, é inteligente, e, sobretudo é necessária porque a vida humana, o ecossistema e Deus nela estão associados. Estranho? Não, para aqueles que “jamais foram modernos” nos apropriando da expressão de Latour. As empresas do projeto de EdC estão em processo de tradução (Callon, 1989; Latour 1992; Bernoux, 1989) e aprendizagem organizacional por tentativas e erros, buscando limites, regulativos éticos em função de objetivos determinados, em relação aos efeitos que podem causar. Deste lugar, podem afirmar valores que são fundados não apenas em função de critérios instrumentais e de eficiência. Mas, comprometidos por um determinado empenho de valores como o justo, o bem e o belo. Para tanto “trabalhar é preciso”, pois se necessita de novos engenheiros e engenheiras com E maiúsculo com competências técnicas e virtudes para engenheirarem um projeto civilizatório diferente deste em que nos encontramos palco de exclusão humana, violência e injustiça social e destruição da natureza. Ou será que o atual projeto civilizatório é bom?

A Ética para empresas de economia de comunhão, não se define pelo êxito, pelo resultado, pelo sucesso, está para além do utilitarismo do mercado. Não é apenas algo que funciona, não é um comprometimento com o operar de algo. Não é apenas aplicação eficiente de uma técnica. É o comprometimento com os valores desse operar (BARTHOLLO, 2002). Para tanto “trabalhar é preciso”; E, é assim para os engenheiros que hoje se ocupam com a administração da produção coexistindo com os vínculos antecedentes da economia de comunhão nas empresas vinculadas ao projeto. Também será assim para aqueles que venham a ocupar um posto de trabalho numa dessas empresas. Estarão preparados? “Trabalhar é preciso”.

Diferente da sociabilidade individualista, a sociabilidade amorosa-comunitária que deveria estar presente nas empresas de EdC é aquela disposição das pessoas que a conduzem e que nelas trabalham, para a responsabilidade com o rosto do outro por meio da Benevolência, Paz e pela Caridade. Cada pessoa promovendo suas atividades laborativas e mantendo para com

os iguais e desiguais um estado de sociabilidade pacífica, condizente com a índole amorosa e a finalidade da unidade da proposta de EdC. Absurdo? Graça? A paciência histórica responderá? Ou será um novo trabalho para o engenheiro e para a engenheira de produção?

Para tanto, “trabalhar é preciso”.

4. Bibliografia

- AKTOUF, Omar. A administração entre a tradição e a renovação, Atlas, São Paulo, 1996.
- BARTHOLO, Roberto jr. Ética e Responsabilidade Social, SESI, Brasília, 2002.
- BERNOUX, Philippe. A Sociologia das empresas. Editora Rés. Porto Portugal, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Contrafogos, v(2), Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2001.
- BOLTANSKI, Luc et CHIAPELLO, Ève. *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BUBER, Martin. Do diálogo e do dialógico, Editora Perspectiva, São Paulo, 1982.
- BRUNI, Luigino. Rumo a uma racionalidade capaz de comunhão., In: Economia de comunhão uma cultura econômica em várias dimensões, Editora Cidade Nova.Vargem Grande Paulista, 2002.
- GONCALVES, H.H.A.B, LEITÃO SP. Empresas de economia de comunhão. Revista de Administração Pública, FGV/ RJ, v(35), n (6)nov/dez, 2001.
- GONÇALVES, H.H.A.B, “Epa”! Anais do XIV Enangrad, Foz do Iguaçu, agosto de 2003.
- _____. A experiência dos pioneiros da economia de comunhão na liberdade no primeiro decênio(1991-2001)no Brasil: Absurdo e Graça da mudança de mentalidade do empresário. Tese de doutorado, COPPE, 2005.
- LEVINÁS, Emmanuel. Entre Nós, ensaios sobre a alteridade, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- SIMONI, Miguel. Trabalhar é preciso. Reflexões sobre o conceito de trabalho humano e suas implicações para a engenharia de produção. Santa Maria, SCHDS Editora, 2004.
- WEIL, Pierre. A Arte de viver em Paz, São Paulo, Editora Gente, 1990.
- WOODCOCK, Histórias das idéias e movimentos anarquistas.v.1.L&PM Pocket. Porto Alegre, 2002.
- ZAGMANI, Stefano. Fundamentos e significado da experiência de economia de comunhão. IN: Economia de Comunhão, Vargem Grande Paulista, Editora Cidade Nova, 2002.